

Situação dos municípios preocupa

Vários senadores protestaram contra a redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O fato levou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a sugerir reunião das lideranças partidárias para discutir uma solução. Pendências com a Previdência Social impedem que um quarto dos municípios recebam o FPM.

Página 7

Gerardo Magela



Deficientes lutam por seus direitos

Um manifesto reivindicando o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiências foi entregue ontem ao presidente do Senado por representantes de entidade da categoria e pelo senador Flávio Arns. A luta deles é para assegurar recursos e investimentos federais, nas áreas de saúde, educação, trabalho, lazer e cultura, que proporcionem condições de inclusão dos portadores de deficiência.

Página 8

URGÊNCIA PARA REFORMA POLÍTICA

BUSCA DE CONSENSO em torno da matéria leva Renan a convocar reunião de líderes

AMPLIAÇÃO DO PRAZO para mudanças é proposta por emenda de Tasso Jereissati

PROJETO DE BORNHAUSEN pode ser votado hoje pela Comissão de Justiça da Câmara

Página 3

Banqueiro acusa governo de interferir em fundos de pensão

O banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, acusou o governo de interferir constantemente nos fundos de pensão. Protagonista de uma disputa pelo controle de três operadoras de telefonia, Dantas depôs ontem nas

CPIs dos Correios e do Mensalão. Ele negou que a Telemig, da qual é acionista, tenha injetado recursos nas campanhas do PT por meio do empresário Marcos Valério. O depoimento gerou uma grande discussão no Plenário do Senado.

Página 4



Jane Araújo

POLÊMICA Observado por Serraglio, Amir Lando e Asdrúbal Bentes, Dantas (D) fala às duas CPIs

Lançada série sobre a Coluna Prestes

A série *Um sonho em marcha: 80 anos da Coluna Prestes*, produzida pela Rádio Senado, foi lançada ontem. Em cinco capítulos, será apresentada de 10 a 14 de outubro, às 8h30 e às 20h30. A série foi produzida por Adriano de Faria, Larissa Bortoni, Maurício de Santi e Jefferson Dalmoro, que visitaram as cidades por onde passou a coluna.

O senador Efraim Morais, 1º secretário do Senado e incentiva-

dor do projeto, elogiou o trabalho realizado pela equipe da rádio, dizendo que sua veiculação levará a coluna a lugares que nem mesmo o capitão do Exército Luís Carlos Prestes, seu comandante, poderia sonhar. A filha de Prestes, Zoya Prestes, bastante emocionada, afirmou que a série "reconstrói e reconstitui" a importância do ex-dirigente comunista. Também participou do evento o senador Edison Lobão.



Moreira Mariz

RESGATE Zoya (ao microfone) afirma que a série "reconstrói e reconstitui" a importância de seu pai



DIFICULDADE Conforme Suplicy, 13 mil aposentados do Banespa não recebem reajuste integral

Suplicy defende direitos de bancários

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem reivindicação de funcionários inativos do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) admitidos até 22 de maio de 1975. Segundo informou, mais de 13 mil aposentados e pensionistas do antigo Banespa, vendido ao Santander em novembro de 2000, reclamam que não recebem reajuste na complementação de benefício a ser paga mensalmente pela instituição desde sua privatização.

Suplicy lembrou que o direito à complementação financeira das aposentadorias e pensões desses empregados já havia sido assegurado por legislação estadual. Informou ainda que a Resolução do Senado 118/97 transferiu a responsabilidade pelo pagamento dessa obrigação previdenciária do governo do estado de São Paulo para a União. A partir daí, o pagamento dessa complementação seria feito com o rendimento de títulos federais repassados para o grupo Santander.

Por entender que a resolução do Senado vem sendo descumprida, Suplicy vai propor a vinda do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão de Assuntos Econômicos acolhe 18 projetos em bloco para acelerar votações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em bloco, 18 das 35 proposições em pauta. A estratégia destina-se a acelerar a votação de matérias pendentes de deliberação e traduz a preocupação dos membros da comissão com o alto número de proposições acumuladas (mais de 400). A falta de quórum tem inviabilizado as votações na CAE nos últimos meses, proble-



ACÚMULO Luiz Otávio (E) preside reunião da CAE: nota técnica da Consultoria do Senado embasou escolha de projetos para decisão em bloco

ma causado pelo aumento das atividades legislativas dos senadores, principalmente após a instalação das três comissões parlamentares de inquérito.

Entre os projetos aprovados em bloco, selecionados pelo critério de não abordar temas

polêmicos, é possível destacar proposta (PLS 351/04) de Paulo Paim (PT-RS), relatada por Mão Santa (PMDB-PI), que destina ao menos 30% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a educação.

A sugestão para a votação em bloco de matérias consensuais partiu de Jefferson Péres (PDT-AM). Além do presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), participaram da seleção das matérias Edison Lobão (PFL-MA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Romeu Tuma (PFL-SP). Se algum membro da comissão discordar de parecer de proposição incluída nesse processo, poderá apresentar recurso para que a mesma seja examinada separadamente.

Antes de colocar as matérias para votação em bloco, Luiz Otávio apresentou nota técnica da Consultoria do Senado que embasou a escolha dos projetos.

Agenda

Plenário vota criação de cargos no TSE

A sessão plenária deliberativa começa às 14h. Na ordem do dia, entre outros projetos, o que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais (PLC 55/05) e o que institui nova categoria de segurado obrigatório da Previdência Social (PLC 25/04).



Acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 9h30 para examinar indicações de embaixadores e acordos internacionais. No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública

para discutir projetos que tratam da realização de exames de suficiência para o exercício de profissões. Também às 10h, haverá reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Discriminação

Às 10h, a Comissão de Justiça (CCJ) examina, entre outros, projeto que define os crimes por discriminação ao portador do vírus HIV. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza audiência para discutir financiamentos habitacionais.

CPI dos Correios

Às 10h, a CPI dos Correios realiza reunião administrativa. À tarde, a Sub-Relatoria de Contratos, presidida pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), ouve o ex-diretor de Operações da ECT Maurício Madureira.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INICIATIVA Sérgio Cabral vai propor a prorrogação por dez anos de artigo da Lei do Audiovisual

Cabral quer incentivo ao cinema

O presidente da Subcomissão permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), informou ontem que irá apresentar projeto autorizativo prorrogando por dez anos o artigo 1º da Lei do Audiovisual. Trata-se do dispositivo que define os mecanismos de incentivo fiscal que respondem pelo financiamento da produção do cinema e do audiovisual brasileiro, nos últimos sete anos.

O anúncio foi feito ontem, durante reunião do senador com o presidente do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), cineasta Geraldo Moraes. A reunião foi solicitada por Moraes justamente para pedir o apoio da Subcomissão de Cinema na defesa da prorrogação do artigo 1º da Lei do Audiovisual.

– Posso garantir que a categoria está inteiramente unida quanto a esse pleito – disse Moraes.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SAÍDA Iniciativa de Jereissati suspende dispositivo que prevê antecedência de um ano do pleito

Jereissati quer estender prazo para mudanças

Nove dias antes do prazo final para a aprovação de possíveis mudanças nas regras das eleições de 2006, começou a tramitar, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), iniciativa destinada a garantir maior prazo para a discussão de novas regras para o pleito. Trata-se de proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que suspende temporariamente a vigência do artigo 16 da Constituição.

De acordo com a proposta (PEC 46/05), não estará sujeita à vedação estabelecida no dispositivo da Constituição lei destinada a alterar o processo eleitoral ou a dispor sobre casos de inelegibilidade que vier a ser aprovada até o término da sessão legislativa de 2005 ou até 30 de janeiro de 2006, em caso de convocação extraordinária do Congresso. Segundo o artigo, lei elaborada para alterar regras eleitorais não se aplica às eleições que ocorrerem até um ano após o início de sua vigência.

Na justificativa de sua proposição, Jereissati recorda a recente aprovação de reforma emergencial na legislação eleitoral, especialmente com referência ao financiamento das campanhas. As medidas contidas nessa reforma, observou, buscam "reduzir os custos, estabelecer punições mais graves para os ilícitos e fixar normas para maior transparência na administração dos recursos destinados a essas campanhas".

Reforma política poderá ser votada com urgência

■ Rapidez na decisão sobre projetos será discutida em reunião convocada pelo presidente do Senado

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, convocou reunião para avaliar a possibilidade de adoção de regime de urgência para as propostas de reforma política que tramitam na Câmara e no Senado. A reunião está marcada para a próxima terça-feira e deve contar com a participação do presidente em exercício da Câmara, Thomaz Nonô, dos presidentes das comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, e dos líderes partidários.

Segundo a Constituição, eventuais mudanças só serão válidas para as eleições de 2006 se forem aprovadas até o final de setembro. Três projetos sobre o assunto tramitam na Câmara. Uma das proposições põe fim à verticalização, que impede os partidos de realizarem coligações diferenciadas



ENTENDIMENTO Renan Calheiros quer buscar consenso que permita consolidar e votar uma só proposta

em níveis nacional e estaduais. Outra reduz os índices da cláusula de barreira, adota listas fechadas e permite federações partidárias. A terceira reduz os custos de campanha.

A idéia de Renan é buscar consenso em torno do tema para que o Congresso possa, em tempo hábil, consolidar e votar uma só proposta de reforma política.

Cobrança da sociedade

Após a renúncia do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) ao mandato parlamentar, Renan Calheiros defendeu, em

entrevista coletiva, a aprovação da reforma política para aprimorar a ética e a transparência nos processos políticos brasileiros.

– Virou-se a página, mas a crise não se esgota com a última punição, com a última cassação, com a última renúncia. Nós precisamos aprimorar a ética, a transparência, fazer a reforma política. O Brasil está cobrando muito para que isso aconteça – afirmou.

Para Renan Calheiros, o candidato ideal à Presidência da Câmara dos Deputados seria aquele que conseguisse reunir uma ampla maioria na Casa e exibisse um perfil institucional de serenidade e equilíbrio. Ele disse esperar que os partidos possam convergir nesse sentido e considerou que o deputado Michel Temer (PMDB-SP), ex-presidente da Câmara, reúne essas qualidades.

– O PMDB e outros partidos têm excelentes perfis institucionais para conduzir a Câmara com serenidade. O PMDB tem o Michel Temer e outros, mas, sem dúvida, o Michel tem um perfil muito bom.

Renan: cidadão deve exigir fim da impunidade

Em palestra no Centro de Estudos em Direitos Humanos e Violência (CEDHV) da Unieuro na noite de terça-feira, Renan Calheiros afirmou que a sociedade deve se mobilizar para, além da proibição da venda de armas, exigir o fim da impunidade no país. Ele informou que apenas 2% dos crimes cujas pessoas – vítima e agressor – não se conhecem são esclarecidos, e que nos outros 98% o criminoso não é sequer identificado. O ex-ministro da Justiça José Gregori coordenou o debate.

De acordo com Renan, a proibição da venda de armas é um passo importante para diminuir o número dos chamados "crimes de desavenças" que acontecem entre vizinhos

e parentes, e em discussões no trânsito. Em mais de 50% desses casos, o agressor não tem antecedentes criminais. Esse tipo de crime representou 69% dos 39 mil assassinatos que ocorreram em 2003 no Brasil.

Ele observou que a campanha que começou com o desarmamento tem outros objetivos, como a prisão dos bandidos e a punição de policiais corruptos e envolvidos com o crime. E para atingir tais objetivos, frisou, será necessário destinar mais recursos à construção de novas prisões. Ele informou ainda que há hoje um déficit de 150 mil vagas nas penitenciárias brasileiras.

O reforço do policiamento nas fronteiras para impedir o contrabando de armas é outra

providência que, na opinião do presidente do Senado, deve ser tomada de imediato. O senador considera que as medidas efetuadas nesse sentido, no Brasil, beneficiarão também as populações dos países vizinhos, que enfrentam situações semelhantes em relação à criminalidade. Ele lembrou que a indústria de armas é muito poderosa.

Na palestra, Renan ressaltou que, com a campanha de desarmamento, o número de mortes por armas de fogo no país caiu 8,2% em 2004 em relação a 2003. "Mais de 3 mil vidas foram poupadas. Isso se deve não apenas à retirada de 450 mil armas de circulação, mas também à conscientização criada pela campanha do desarmamento", frisou.



RIGOR Proposta de Bornhausen que reduz custo de campanha proíbe os chamados showmícios

Comissão da Câmara decide sobre projeto

Pode ser votado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), já aprovado no Senado, que objetiva reduzir os gastos nas campanhas eleitorais. Caso receba parecer favorável, como informa a Agência Câmara, a proposta ainda terá de ser submetida ao Plenário.

Entre as medidas do projeto está a obrigatoriedade de divulgação, na Internet, de relatório diário discriminando valores e fontes de recursos obtidos pelos partidos políticos para o financiamento de suas campanhas. Também deverá ser publicada, em até dez dias após a proclamação dos resultados da eleição, a escrituração contábil dos gastos de cada partido, discriminados por diretório e por candidato.

A proposta proíbe os chamados showmícios, com a participação de artistas, remunerados ou não. Veda ainda a distribuição de camisetas, bonés, canetas, chaveiros e outros brindes. Além disso, determina que os programas eleitorais no horário gratuito de televisão serão gravados apenas em estúdio e só poderão contar com a participação dos candidatos e de filiados ao partido.

Na semana passada, a CCJ da Câmara aprovou a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição do deputado Ney Lopes (PFL-RN) que prorroga até 31 de dezembro o prazo para a aprovação de mudanças nas regras das eleições do próximo ano.

Mercadante defende mais tempo para novas regras

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), expressou em Plenário seu apoio à proposta de emenda à Constituição do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estende, até 30 de janeiro de 2006, o prazo limite para que mudanças na legislação política e eleitoral possam valer nas eleições

do próximo ano.

– Se não houver tempo hábil, é melhor adiar e fazer a reforma política e eleitoral do que ir para 2006 como se tudo o que estamos discutindo não estivesse acontecendo no Brasil – argumentou o senador, referindo-se à crise política.

Mercadante disse ainda que as

CPIs não são apenas instrumentos de investigação parlamentar, devendo formular políticas públicas e prevenir novas crises. Ele afirmou que a origem da atual crise é o financiamento de campanha e salientou que o projeto de reforma já aprovado no Senado Federal trata dessas questões.

O senador sustentou que é necessário dar transparência ao financiamento e reduzir os custos de campanha, simplificando as peças publicitárias, acabando com os brindes dos candidatos e diminuindo a duração da campanha. Mercadante foi apartado pelos senadores Tasso Jereissati e José Jorge (PFL-PE).



Daniel Dantas, do Opportunity, fala às CPIs dos Correios e do Mensalão. Parlamentares reagem à menção de Ideli sobre suposta ligação entre irmã do banqueiro e filha de José Serra. Troca de acusações e tumulto fazem com que reunião seja temporariamente interrompida

Dantas: governo interferiria nos fundos de pensão

O banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, afirmou ontem durante reunião conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão “que o governo interferiu constantemente nos fundos de pensão”. Ele é protagonista de uma disputa pelo controle das operadoras de telefonia Brasil Telecom, Telemig e Amazônia Celular. Além do Banco Opportunity, estão na disputa fundos de pensão de estatais e o Citigroup. As teles foram privatizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Respondendo ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), Dantas afirmou que o então ministro da Casa Civil José Dirceu teria indicado que o banqueiro procurasse o presidente do Banco do Brasil à época, Cássio Cas-

seb. Dantas disse que tinha receio em negociar com Casseb, que até então tinha sido conselheiro da empresa Telecom Itália, sua concorrente.

O banqueiro destacou que as notas da DNA Propaganda, do empresário Marcos Valério, para a Telemig Celular, encontradas parcialmente queimadas em uma estrada em Minas Gerais, haviam sido “devolvidas” pela Telemig à DNA. Não soube explicar o motivo da devolução por não participar diretamente da administração das teles.

Dantas negou que a Brasil



NEGATIVA Segundo Daniel Dantas, a Brasil Telecom não pagou viagem para filho do presidente Lula

Telecom tenha pago viagem do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luiz da Silva, para o Japão. Segundo o banqueiro, apenas algumas refeições de Fábio foram pagas pela empresa nessa viagem.

Acusações e polêmica durante o depoimento

As relações de Daniel Dantas com integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso e sua participação no processo de privatização das telefônicas foram questionadas durante audiência nas CPIs dos Correios e do Mensalão. O empresário negou, entretanto, ter mantido “relações próximas com o governo passado”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que Dantas “deveria estar preso há muito tempo”

se fossem confirmadas ao menos 10% das irregularidades relatadas em documento da Associação Nacional dos Fundos de Pensão (Anapar) sobre as ações do banqueiro.

A senadora também mencionou uma suposta sociedade entre Verônica Serra, filha do prefeito de São Paulo, José Serra, e Verônica Dantas, irmã do banqueiro. A revelação fez parlamentares opositores reagirem.

A reunião teve que ser interrompida depois da troca de acusações entre parlamentares do PT, PDT e PSDB. A discussão acabou em tumulto envolvendo os deputados João Fontes (PDT-SE), Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Eduardo Valverde (PT-RO) e a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Os parlamentares tiveram que ser contidos pela segurança do Congresso e a reunião foi reaberta minutos depois.

Virgílio: nota do PT é declaração de guerra

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) perguntou à bancada governista se havia relação entre nota oficial do Partido dos Trabalhadores, que culpava as elites pela atual crise política, e episódios protagonizados por parlamentares petistas durante depoimento do banqueiro Daniel Dantas, às CPIs dos Correios e Mensalão.

– A nota oficial do PT souu



CONFLITO Segundo Arthur Virgílio, a oposição não tem alternativa “senão aceitar o combate”

aos ouvidos dos opositores como declaração de guerra. A resposta a isso é essencial. Se a nota for uma proposta de guerra, não teremos alternativa senão aceitar o combate – disse.

Sobre a intervenção da se-

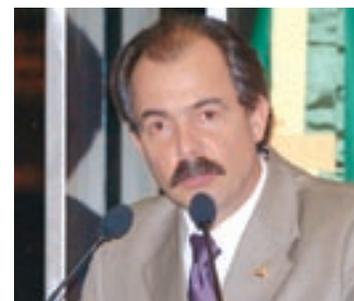
nadora Ideli Salvatti (PT-SC) no depoimento de Dantas, quando comentou que a irmã do banqueiro, Verônica Dantas, manteria sociedade com Verônica Serra, filha do prefeito José Serra, o líder tucano considerou “um gesto infeliz”. Ele disse esperar que o episódio ajude a implementar um “padrão de comportamento” entre os senadores, opinião compartilhada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Para Sibá Machado (PT-AC), a intervenção de Ideli poderá ter-se dado em virtude da “tensão do momento”.

Mercadante pede para não se envolver parente

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apelou aos parlamentares no sentido de, ao tratarem da crise política, não envolver indevidamente familiares de figuras públicas. Citou como exemplo cobranças dirigidas ao filho do presidente Lula e à filha do prefeito de São Paulo, José Serra.

O discurso foi motivado por intervenção da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) durante o depoimento de Daniel Dantas. Ela comentou que a irmã do



RESSALVA Para Mercadante, senadora não tinha intenção de atingir filha de prefeito

banqueiro, Verônica Dantas, manteria sociedade com Verônica Serra, filha de José Serra. Apesar das reservas levantadas, Mercadante acredita que a senadora não tinha a intenção de atingir a filha do prefeito paulistano ou ele próprio.

Para ACM, Ideli desrespeitou o depoente

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teceu duras críticas à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que teria desrespeitado o banqueiro Daniel Dantas, durante depoimento ontem. Para Antonio Carlos, Ideli não tinha o direito de chamar o depoente de corrupto.

O senador louvou as críticas do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), à colega de partido. No entanto, fez a ressalva de que ele a estaria estimulando a se conduzir daquela forma ao dizer que Ideli



CRÍTICA Antonio Carlos também rechaçou “ataque irresponsável” da senadora à filha de José Serra

“fez um discurso duro, mas disse verdades”.

Antonio Carlos rechaçou ainda o que classificou de “ataque irresponsável” da senadora ao prefeito de São Paulo, José Serra, ao acusar a filha deste de ter tido uma sociedade com a irmã do banqueiro Daniel Dantas.

Heráclito Fortes aponta falta de provas

Heráclito Fortes (PFL-PI) condenou, em discurso, a atitude da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) durante a reunião conjunta em que prestou depoimento o banqueiro Daniel Dantas. Segundo ele, a senadora tentou barrar qualquer tentativa de o banqueiro e dirigentes da Previ (o fundo de pensão do Banco do Brasil) serem acareados. O pedido de acareação foi feito pelo senador.

Heráclito afirmou que a senadora acusou o banqueiro sem lhe dar direito de resposta



TELEFONIA Heráclito defende acareação entre banqueiro e dirigentes da Previ

e errou ao repelir o pedido de acareação visando apurar envolvimento do fundo em esquemas de corrupção para controle de ações no setor de telefonia. “Não é dado a ninguém o direito de usar CPIs para fazer acusações sem nenhuma prova”, disse.



Ex-deputado Carlos Rodrigues vai à CPI dos Bingos e nega ter sido o mandante do assassinato de deputado estadual do Rio de Janeiro. Assessor do deputado morto revela esquema de propinas. Saturnino e Serys elogiam consciência política de petistas



PREVISÃO José Jorge comenta pesquisa CNI/Ibope que mostra queda na aprovação do governo

Popularidade de Lula será ainda pior, diz senador

Dentro de 60 ou 90 dias, a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda estará pior que hoje, previu o senador José Jorge (PFL-PE) ao comentar os resultados da pesquisa CNI/Ibope, divulgada ontem.

De acordo com a pesquisa, a aprovação do governo, que era de 55% em junho último, caiu para 45%, ou seja, “menos da metade da população brasileira aprova o governo”, destacou o senador.



GOLPE César Borges condena tentativa do PT de atribuir responsabilidades à oposição

César Borges faz críticas ao "diversionismo"

César Borges (PFL-BA) classificou como “diversionismo” a tentativa da Executiva Nacional do PT de atribuir a responsabilidade pela crise política à oposição e à imprensa.

– Em vez de debaterem a profunda crise que estamos vivendo, voltaram a falar que isso era tentativa de golpe, que antes se dava nos quartéis e agora no Congresso e na imprensa. Isso é diversionismo – afirmou o senador.

Carlos Rodrigues nega ter mandado matar deputado

O ex-deputado federal Carlos Alberto Rodrigues Pinto, conhecido como Bispo Rodrigues, negou aos membros da CPI dos Bingos que tenha mandado matar o ex-deputado estadual Valdeci Paiva de Jesus, assassinado no dia 24 de janeiro de 2003. Em depoimento à mesma CPI, na terça-feira da semana passada (13), a deputada estadual pelo Rio de Janeiro Cidinha Campos responsabilizou Rodrigues pela autoria intelectual do crime.

– Nunca agredi ninguém nem verbalmente. A deputada me acusou também de ter matado um dono de bingo. Nunca ouvi falar nele, só depois do assassinato – afirmou.

O ex-deputado – que renunciou ao mandato para evitar o risco de uma cassação por ter sido apontado como um dos beneficiários do esquema de Marcos Valério – disse que já existe uma conclusão oficial sobre o caso: que o mandante foi o próprio suplente de Val-



CONFISSÃO O ex-deputado Carlos Rodrigues (segundo à esquerda, ao microfone) admite ter recebido R\$ 250 mil das empresas de Marcos Valério

deci, o atual deputado Marcos Abrahão.

Ele contou que, no dia do crime, foi procurado por uma desconhecida que o teria orientado a pegar uma encomenda que Valdeci teria deixado para ele. Era uma caixa com fitas cassete, uma carta, US\$ 80 mil e R\$ 55 mil. Na carta, Valdeci pedia a Rodrigues que empregasse o dinheiro na compra de uma moradia para seus filhos.

– Se eu tivesse brigado com

ele, se não fosse meu amigo, teria deixado dinheiro para eu comprar um apartamento para meus filhos? – indagou.

Rodrigues negou ainda ter recebido R\$ 400 mil de Marcos Valério; afirmou que só chegaram às suas mãos R\$ 250 mil. Segundo ele, o dinheiro foi utilizado para pagar despesas contraídas pelo PL na campanha do então candidato Lula à Presidência da República, no Rio de Janeiro.

Ex-assessor de Valdeci detalha propinas no Rio

Em depoimento ontem à CPI dos Bingos, Jorge Luiz Dias, ex-assessor do deputado estadual Valdeci Paiva de Jesus, assassinado em janeiro de 2003, confirmou a existência de um esquema de cobrança de propina no estado do Rio de Janeiro envolvendo o então presidente da Loterj, Waldomiro Diniz, e o ex-deputado federal Carlos Rodrigues. Dias voltou a negar, entretanto, que tivesse conhecimento do desvio de até R\$ 900 mil em verbas da Loterj.

O ex-assessor disse que Bispo Rodrigues cobrava um “men-

salinho” de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil de todos os 29 deputados estaduais e 22 deputados federais pelo Rio de Janeiro ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. A propina também seria cobrada dos funcionários dos gabinetes desses parlamentares. Ele denunciou ainda uma operação fraudulenta entre a Loterj e uma agência de publicidade, que teria rendido a Waldomiro e Rodrigues cerca de R\$ 200 mil mensais.

O depoente afirmou, entretanto, não ter provas de que as casas de bingo do Rio contri-

buíam com R\$ 1 milhão mensais para Waldomiro e Rodrigues, segunda denúncia feita pela deputada estadual Cidinha Campos à mesma comissão de inquérito.

Jorge Luiz Dias contestou a afirmação da deputada Cidinha Campos de que ele teria “provas contundentes” da participação do Bispo Rodrigues no assassinato do deputado Valdeci Paiva de Jesus. Mas afirmou que Rodrigues chegou a pressioná-lo para acusar o deputado Marcos Abrahão de responsabilidade pelo crime.



VITALIDADE Saturnino destaca que comparecimento de 300 mil militantes às urnas foi histórico

Saturnino elogia disposição dos petistas

Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou ontem a vitalidade do PT e as manifestações de consciência política de seus militantes nas eleições internas. O comparecimento de 300 mil eleitores foi avaliado como um feito sem precedentes na história política do país e uma mostra da força do partido, apesar da crise.

– As eleições foram surpreendentes sob o ponto de vista da manifestação de democracia – assinalou.



EXPECTATIVAS Serys informa que em apenas cinco municípios de seu estado não foram realizadas eleições

Serys comunica sua eleição para presidir PT-MT

Ao comentar as eleições internas do PT, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) informou ter sido escolhida presidente regional do PT em Mato Grosso. Ela disse que errou quem apostou no comparecimento de um reduzido número de militantes às urnas, afirmando que essa participação superou as expectativas.

– Só não tivemos eleições em cinco dos 142 municípios do estado – destacou.

STF decide se mantém cassação de Capiberibe

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir hoje, a partir das 14h, se mantém ou não a cassação dos mandatos do senador João Capiberibe e de sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos do PSB do Amapá. O casal foi condenado à perda

dos mandatos em abril de 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas permanece nos respectivos cargos por força de liminar concedida pelo STF.

Eles foram acusados por dois eleitores que disseram ter vendido seus votos, por R\$ 26

cada um, em favor dos então candidatos em 2002.

Capiberibe disse esperar que sua inocência seja comprovada.

– A existência desse processo é uma ofensa à democracia e mutila o meu mandato – desabafou.

Geraldo Magela



DESPEDIDA Ex-presidente da Câmara dos Deputados afirmou que "está sendo condenado pelas palavras de um empresário desastrado e mentiroso"

Severino renuncia e diz que contrariou "elitezinha"

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), renunciou ontem ao seu mandato em discurso da tribuna, depois de reafirmar sua inocência e sustentar que sua eleição para o cargo contrariou os interesses de "uma elitezinha que não quer jamais largar o osso". Ele ressaltou que deixa o mandato pobre e endividado e anunciou a intenção de se candidatar novamente a deputado, no próximo ano.

– Vou rebater as acusações. Vou provar que estou sendo condenado pelas palavras de um empresário desastrado, mentiroso e devedor dos cofres públicos. (...) Voltarei. O povo me absolverá – disse.

Severino foi ouvido por um Plenário silencioso, formado por quase 300 dos 513 deputados.

Ao fim do discurso, estudantes universitários que estavam nas galerias do Plenário da Câmara começaram a se mani-

festar. Aos gritos do refrão "tem mensalinho, tem mensalão, mas não tem dinheiro para educação", os estudantes foram retirados à força pela segurança da Câmara. O vice-presidente, deputado Thomaz Nonô (PFL-AL), convocou para hoje uma reunião de líderes para tratar da eleição do novo presidente da Câmara. Ele informou que o novo presidente deverá ser eleito até a próxima quinta-feira.

Severino renunciou 18 dias depois da primeira denúncia de que teria recebido propina de um empresário que explora um restaurante na Câmara. Desde então, o deputado desmentiu todas as afirmações do empresário. A Polícia Federal investigou o caso a pedido do próprio Severino, mas nos últimos dias a PF encaminhou o inquérito ao STF, pois existia suspeitas de que teria havido corrupção no processo – só o Supremo pode autorizar investigação de parlamentares federais.

Polêmica sobre técnicos da Receita

Após defender, na semana passada, técnicos da Receita Federal excluídos da carreira de auditor, Leonel Pavan (PSDB-SC) declarou ontem que recebeu várias mensagens de protesto de auditores daquela entidade. Ele afirmou acreditar que seu pronunciamento foi mal-interpretado.

Pavan dissera que "é extremamente injusto que os técnicos da Receita, que já faziam parte da carreira de auditoria, sejam alijados dessa função no novo órgão, a Receita Federal do Brasil, devido à Medida Provisória 258/05". E acrescentou que isso significaria perpetuar a discriminação contra os técnicos,



AValiação "Quero debater com as duas categorias para que possamos encontrar solução", diz Pavan

que sempre teriam exercido funções semelhantes às dos auditores sem ser remunerados à altura. O senador defendeu, na ocasião, emenda do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) que reverteria o problema.

– Quero debater aqui com as duas categorias para que possamos encontrar a melhor solução para todos os funcionários da Receita Federal.

Casa de abrigo é incluída no fundo penitenciário

■ Recursos do Funpen serão estendidos a casas que acolhem vítimas de violência doméstica

O Senado aprovou ontem, por 50 votos a zero, o projeto que acrescenta às finalidades do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, é de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

Na justificativa do projeto (PLC 109/03), a deputada afirma que as casas de abrigo são muito importantes para as vítimas de violência doméstica, "pois, nelas, além de estarem a salvo do agressor, receberão apoio material e psicológico".

Mudança garante mais rapidez à Justiça

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 72/05) que altera o Código de Processo Civil (CPC), no tocante às regras de utilização de agravo retido e de agravo de instrumento. Ambos são instrumentos de recurso destinados a impugnar decisões interlocutórias, ou seja, aquelas que não põem fim ao processo, como a liminar. A diferença entre eles é que, enquanto o agravo do instrumento segue para julgamento imediato, o agravo retido só será julgado no caso de apelação, proporcionando assim maior celeridade ao processo.

Uma das alterações definidas pelo projeto coloca o agravo retido em condição de recurso-regra contra decisões interlocutórias, tornando obrigatória a conversão em retido dos agravos de decisões não suscetíveis a causar lesão grave ou de difícil reparação à parte e os posteriores à sentença. Para o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), as novas regras irão desobstruir a pauta das cortes judiciais e conferir maior celeridade ao Judiciário. O projeto vai à sanção.

A autora argumenta também que a medida pode aumentar o número de denúncias de agressão e, conseqüentemente, pode ajudar a reduzir a ocorrência desse crime.

Durante a votação do projeto, alguns senadores assinalaram a necessidade de alterar a forma como tramitam as medidas provisórias, para evitar que elas prejudiquem os trabalhos no Congresso. Ainda foi destacada a importância de procurar desburocratizar a administração no Brasil.

Homenagem

O Plenário acolheu ontem requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para realizar sessão especial às 11h do próximo dia 11 de outubro. O motivo da sessão é prestar homenagem a professores e crianças, em virtude da comemoração do Dia do Professor (15 de outubro) e do Dia da

Criança (12 de outubro).

Federalização

Já está pronta para votação a proposta de emenda constitucional (PEC 87/03) que determina à União que pague os salários de várias categorias de servidores públicos do exterritório de Rondônia. Serão beneficiados funcionários das áreas de saúde e de educação e o custo ficará próximo de R\$ 25 milhões por mês.

Ontem foi feita em Plenário a terceira e última discussão da matéria, em segundo turno, antes de sua votação final. Trata-se de projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que, depois do Senado, será submetido a votação na Câmara.

Também foi realizada a discussão final, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que altera as regras para a criação de municípios.

Agricultura orgânica espera regulamentação

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir a regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. Conforme explicou, o artigo 9º da Lei 10.831 prevê que os insumos destinados à agricultura orgânica deverão ser objeto de tratamento diferenciado na nova legislação, não sendo sujeitos à Lei de Agrotóxicos, que dificulta a comercialização dos insumos.

Aelton Freitas, que foi relator da lei da agricultura orgânica, lembra que a Casa aprovou o dispositivo sobre o tratamento diferenciado por ter constatado de que os insumos para a agricultura orgânica são de manejo integrado e não causam danos ao meio ambiente. Daí o fato de não entender a razão da demora na regulamentação.

– A preocupação dos membros da cadeia produtiva dos orgânicos com a questão é crescente. Fui procurado pela Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil (Brasil/Bio) para que pudesse levar à frente a justa reivindicação.

Roosevelt Pinheiro



RELEVÂNCIA Fátima Cleide observa que projeto atende expectativa de mais de 1 milhão de profissionais

Novo conceito para trabalhador em educação

Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que o projeto de lei de sua autoria (PLS 507/03) que define quais trabalhadores podem ser considerados profissionais de educação "deve atender às expectativas de mais de 1 milhão de trabalhadores que atuam em escolas de educação básica em funções de caráter pedagógico, apesar de não serem docentes". A proposta foi aprovada pela Comissão de Educação (CE) na véspera, em decisão terminativa.

– Eles esperam ser tratados como verdadeiros educadores – declarou Fátima Cleide, que também destacou as contribuições feitas pela relatora do projeto, a senadora Ideli Salvati (PT-SC).

José Maranhão defende difusão do ensino profissionalizante

Ao atribuir o crescimento econômico dos Tigres Asiáticos ao investimento feito em educação nas últimas décadas, o senador José Maranhão (PMDB-PB) – foto – defendeu a difusão do ensino médio profissionalizante como “uma

via segura para o crescimento nacional”.

O senador citou como exemplo bem-sucedido de ensino profissionalizante o trabalho desenvolvido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), entidade que substituiu

as escolas técnicas. Ele explicou que essas entidades preparam os jovens para o mercado de trabalho por meio de cursos técnicos como suporte e sistemas de informação, edificações, recursos naturais e outros.

– A multiplicação dos Cefets

no Brasil haverá de retirar parte da nossa juventude da marginalidade e do cotidiano ocioso, sem perspectivas de progresso – disse Maranhão, ressaltando que investimento em educação não é despesa, mas receita futura para o Estado.



Fotos: Roosevelt Pinheiro



RECURSOS Romero Jucá avalia que, ao aumentar arrecadação, reforma tributária beneficiará prefeituras

Jucá pede aprovação da reforma tributária

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu à Câmara que aprove o mais rapidamente possível a reforma tributária já votada pelo Senado. Ele ressaltou que a reforma traz pontos importantes para as prefeituras, como o aumento de 1% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda destinado aos municípios.

Jucá registrou que a última parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ficou muito aquém do esperado. Ele citou matéria publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista*, na edição de ontem, intitulada “FPM reduz e prefeitos temem perder mandatos”. Como grande parte das prefeituras não tem dinheiro para o repasse do duodécimo destinado às câmaras municipais, os prefeitos temem perder seus mandatos.

– Tem prefeitura em Roraima, como a de Cantá, que esperava uma parcela em torno de R\$ 22 mil e recebeu apenas R\$ 3,3 mil. Mantive contato com o Ministério da Fazenda e solicitei à Secretaria do Tesouro Nacional que reveja as contas relativas ao FPM – afirmou o senador.

Reunião de líderes discutirá situação dos municípios

■ Renan propõe que senadores busquem solução para a redução dos recursos repassados ao FPM

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs ontem que as lideranças partidárias da Casa reúnam-se com o objetivo de discutir uma solução para a situação dos municípios. Nos últimos dias, vários senadores vêm protestando contra a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O senador José Agripino (PFL-RN), por exemplo, afirmou na última terça-feira que os repasses para as prefeituras do Rio

Grande do Norte tiveram queda de até 80%.

– Para que os municípios não acabem inviabilizados, precisamos dar encaminhamento a essa questão, que angustia o país. O Senado é a Casa da Federação, e o município é um ente federado. Por isso, temos a obrigação constitucional de defendê-los – declarou Renan.

O presidente do Senado acrescentou que pretende aproveitar a tramitação da Medida Provisória 252/05 – a MP do Bem – para resolver as pendências das prefeituras com a Previdência Social. Essas dívidas impedem diversos municípios de ter acesso aos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. O senador Edison

Lobão (PFL-MA) disse que, por causa dessas pendências, cerca de 25% dos municípios brasileiros estão sem receber as verbas do fundo.

– Em meu estado, o Maranhão, um terço das prefeituras não recebe nada do FPM. As dívidas existem, sim, mas o governo federal e, sobretudo, a Previdência precisam encontrar uma solução que não inviabilize os municípios – ressaltou Lobão.

O senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) foi outro a destacar a importância da questão, enfatizando a necessidade de parcelamento das dívidas das prefeituras com a Previdência. Também se manifestou, em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Osmar Dias quer aumentar repasses da União

Preocupado com a redução dos recursos repassados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Osmar Dias (PDT-PR) pediu apoio à sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga a União a destinar a estados e municípios 10% do total da arrecadação anual sobre as contribuições sociais das empresas.

Segundo o senador, o governo vai arrecadar em 2005 cerca de R\$ 147 bilhões em cobranças relativas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição para o



GANHO Proposta de Osmar Dias pode gerar receita de R\$ 14,7 bilhões para estados e municípios

Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e PIS/Pasep.

– Serão mais R\$ 14,7 bilhões repassados a estados e municípios. Nos municípios, esses recursos seriam utilizados para cobrir obrigações constituio-

nais das prefeituras, principalmente na educação, já que a manutenção de futuras creches também será feita pelas prefeituras, conforme a PEC que cria o Fundeb – explicou.

Osmar Dias reforçou a renúncia de 10% das contribuições pela União a favor dos municípios argumentando que os bancos alcançaram um lucro de R\$ 12 bilhões no último semestre, enquanto os recursos do FPM foram reduzidos em até 33% neste ano.

O senador lembrou que 80% dos municípios dependem de recursos do FPM e anunciou que prefeitos de todos os estados virão a Brasília na próxima semana pedir apoio à sua proposta.

Suassuna apóia mobilização dos prefeitos

Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou ontem apoio à mobilização das prefeituras, liderada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), pelo reajuste de um ponto percentual na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) já para este ano. A mobilização está marcada para os próximos dias 27 e 28, em Brasília, quando os prefeitos vão pressionar o Congresso a votar a pauta de interesse dos municípios, informou o senador.

Suassuna disse que embora o governo tenha tido “uma superarrecadação” em agosto – em torno de R\$ 38,6 bilhões –, com a união das secretarias da Receita Federal e da Previdência Social, poucos desses recursos chegarão aos municípios.

O senador citou os pequenos municípios da Paraíba e os valores que recebem do FPM. Barra de São Miguel recebeu em junho R\$ 82 mil e, em setembro, apenas R\$ 290. Já Catolé do Rocha não recebeu nada do FPM e Pedras de Fogo teve diminuição acumulada de R\$ 400 mil nos últimos quatro meses.



CARÊNCIA Ney Suassuna reclama que prefeituras vêm recebendo cada vez menos recursos do FPM



Marco Maciel presta homenagem a Petrônio Portella

Marco Maciel (PFL-PE) – foto – homenageou em Plenário, ontem, o ex-presidente do Senado, Petrônio Portella, pela passagem dos 80 anos de seu nascimento. Maciel destacou o seu trabalho à frente da presi-

dência da Arena, entre 1974 e 1979, quando preparou o país para o pluripartidarismo.

– Um dos papéis mais importantes de sua vida, conquanto o tenha deixado inconcluso pelo falecimento, foi a condu-

ção do processo de transição para a democracia, coroado com a Aliança Democrática e a posterior promulgação da Carta Constitucional de 1988, a Constituição Cidadã.

De acordo com Maciel, tal

foi a proeminência de Petrônio Portella no processo de abertura política que seu trabalho se confundiu com seu próprio nome, a ponto de a expressão “Missão Portella” ter virado sinônimo de democratização.



CONTRA Senadores da CMA rejeitam voto em separado de Mozarildo (D), que propôs mudar texto aprovado na Câmara

Comissão aprova regras para o uso das florestas

■ Exame na CMA do parecer de Ana Júlia foi acompanhado por entidades de defesa do meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o relatório da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) favorável ao projeto de gestão das florestas públicas brasileiras. O colegiado rejeitou voto em separado apresentado pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que propõe modificações

no texto já aprovado pela Câmara. O relatório de Mozarildo poderá ser analisado hoje pela CCJ.

A votação do projeto (PLC 62/05) na CMA contou com a participação do secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, e de representantes de entidades ligadas à questão ambiental, como o Greenpeace.

De autoria da Presidência da República, a matéria regulamenta a exploração dos recursos florestais pela iniciativa privada, além de instituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e criar o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no âmbito do Ministério

do Meio Ambiente. A proposta tramita em regime de urgência no Senado e já foi discutida em audiências públicas conjuntas entre a CMA, a CCJ e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que também acolheu ontem relatório favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O projeto vai a exame do Plenário, juntamente com os pareceres das três comissões, ainda na primeira semana de outubro.

Escolha

Antes de votar o parecer de Ana Júlia Carepa, a CMA elegeu o senador Gilberto Goellner (PFL-MT) para a vice-presidência da comissão, em substituição ao senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Votação foi facilitada pela retirada de emendas

A polêmica em torno do projeto que regulamenta a gestão da exploração das florestas públicas, desde sua chegada ao Senado, acabou não se refletindo na decisão da CAE. O colegiado aprovou parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres. Os parlamentares que tinham apresentado emendas à proposta decidiram retirá-las, facilitando a votação do projeto, concluída em votação simbólica.

O projeto já havia sido discutido em duas audiências – a última na terça-feira, quando ficou clara a falta de consenso sobre as medidas previstas, entre as quais a concessão de áreas florestais para a exploração privada por até 40 anos.

Jefferson defendeu a manutenção da proposta nos termos em que foi aprovada na Câmara. Destacou que a iniciativa de

lei do Executivo tem o mérito de suprir um vácuo legal porque inexitem na legislação brasileira normas referentes à exploração de recursos florestais. Segundo ele, a medida vai favorecer principalmente a Amazônia, com área florestal de domínio público correspondente a mais de 40% de seu território e alvo de exploração clandestina.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que a matéria tenha sido pouco debatida, mas optou pela retirada das emendas que havia apresentado. Ana Júlia contestou que tenha faltado discussão e salientou a importância das novas regras para a retomada da liberação de projetos de manejo de florestas pelo Ibama.

Para Roberto Saturnino (PT-RJ), a proposição representa



CONCORDÂNCIA Relator na CAE, Jefferson defende o texto aprovado pelos deputados

grande avanço, ao compatibilizar o uso dos recursos florestais com mecanismos de preservação. Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou que a solução para a Amazônia está na geração de emprego e renda, e que o projeto certamente apresentará contribuições nesse sentido.

Conselho pede a inclusão de deficientes

O senador Flávio Arns (PT-PR) e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) entregaram ontem ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, cópia de manifesto reivindicando o cumprimento de direitos de pessoas com deficiências.

A carta aberta, dirigida primeiramente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, solicita o apoio efetivo do governo e do Legislativo para assegurar recursos federais, de modo a criar condições de inclusão nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura e lazer. O Conade pede ainda recursos para



REIVINDICAÇÕES Flávio Arns e representantes do Conade entregaram manifesto a Renan

a realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, programada para maio de 2006.

Renan agradeceu a presença dos representantes do Conade e citou medidas adotadas pelo Senado, tais como a contratação de servidores deficientes e a realização, em outubro, da Semana de Valorização dos Portadores de Deficiências.

Paim celebra dia de luta da pessoa com deficiência

Paulo Paim (PT-RS) celebrou ontem o primeiro Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. A data comemorativa foi criada por projeto de sua autoria. O senador destacou a luta pela inclusão social e pelo fim da discriminação aos portadores de necessidades especiais.

– As pessoas com deficiência tendem a ser excluídas da vida social, econômica e política da comunidade – explicou, argumentando que a falta de políticas voltadas para esse público prejudica toda a sociedade.

Paulo Paim sugeriu, como políticas de inclusão, a criação



INCLUSÃO Data comemorativa, criada por projeto de Paim, contribui no combate à discriminação

de condições arquitetônicas e de transporte favoráveis ao livre deslocamento dos portadores de deficiência, além do incentivo à solidariedade familiar e à eliminação do preconceito.

O senador informou que o IBGE aponta a existência de 14,5% de portadores de deficiência na população brasileira.

Para Azeredo, ainda há muito por fazer

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) conclamou os colegas do Senado a refletir sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, comemorado ontem. Ele apontou os avanços da sociedade brasileira nessa área, destacando as iniciativas da Casa, mas ressaltou que ainda há muito por fazer em prol dos portadores de deficiência, a quem chamou de “novos cidadãos”.

– Fazer valer os direitos das pessoas portadoras de defici-



INICIATIVA Azeredo ressaltou luta pela promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência

ência tem representado uma luta pelo avanço dos direitos humanos e democráticos. Essas pessoas têm condições reais de se integrar à vida social e de participar de atividades produtivas – argumentou.